

Vozes midiáticas sobre o sujeito indígena em Dourados-MS e o falar de si

Media voices on the indigenous subject in Dourados-MS and the speaking of self

Jaqueline Zanzi¹

Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul - UEMS

jzanzi@hotmail.it

Silvia Mara de Melo²

Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD

silviameo@ufgd.edu.br

RESUMO: Temos como objetivo, neste artigo, apresentar reflexões acerca das representações pela mídia local no que concerne aos sujeitos indígenas sobreviventes no estado do Mato Grosso do Sul, mais especificamente na Reserva Indígena de Dourados. Além de enunciados midiáticos, nossa pesquisa contou ainda com relatos desses sujeitos, a fim de detectar nas regras de formação discursiva eventuais dispositivos de poder, que muitas vezes incidem, tanto no modo como ocorre o processo de subjetivação dessas pessoas, quanto na forma como isso aparece na mídia. Metodologicamente, valemo-nos de recortes feitos em notícias e reportagens veiculadas em jornais *on line* de Dourados, entrevistas e pesquisa bibliográfica. Empregamos como referencial teórico os Estudos Discursivos Foucaultianos, comentadores de Michel Foucault, Goffman para a abordagem sobre estigmas, entre outros. Concluimos com esta análise que a mídia não representa a realidade e acaba por reforçar os estigmas e estereótipos já tão engessados na sociedade douradense quando se trata de sujeitos indígenas. Por isso, ouvi-los para a constituição dessa análise permitiu-nos conhecê-los e perceber como se subjetivam pelo olhar midiático e cultural.

Palavras-chave: Sujeitos Indígenas; Estudos Discursivos Foucaultianos; Estigmas.

ABSTRACT: In this article, we aim to present reflections on the representations by the local media regarding the surviving indigenous subjects in the state of Mato Grosso do Sul, more specifically in the Dourados Indigenous Reserve. In addition to media statements, our research also relied on reports from these subjects, in order to detect in the rules of discursive formation possible power devices, which often affect both the way the subjectivation process of these people occurs and the way it appears in the media. Methodologically, we used clippings made in news and reports published in online newspapers of Dourados, interviews and bibliographic research. We employ as theoretical reference the Foucauldian Discursive Studies, commentators of Michel Foucault, Goffman for the approach on stigmas, among others. We conclude with this analysis that the media does not represent reality and ends up reinforcing the stigmas and stereotypes already so plastered in douradense society when it comes to indigenous subjects. Therefore, listening to them for the constitution of this

¹ Mestre em Letras pela FALE-UFGD.

² Doutora em Linguística, Professora Associada do curso de Letras e PPG-Letras da UFGD.

analysis allowed us to get to know them and realize how they are subjectivized by the media and cultural gaze.

Keywords: Indigenous Subjects; Foucauldian Discursive Studies; Stigmas.

Introdução

O Município de Dourados possui uma Reserva Indígena, doravante denominada RID, composta por três Aldeias, quais sejam: Jaguapiru, Bororó e Panambizinho. Este território está em proximidade com o perímetro urbano da cidade de modo a, praticamente, mesclar-se a ele. Este fator, ao passo que possibilita uma convivência entre os habitantes da Reserva e a população douradense, ocasiona situações, por vezes, preconceituosas e de conflito. Este artigo debruça-se sobre as duas primeiras Aldeias da Reserva, uma vez que se constituem em uma única área que foi dividida e, por essa razão, é considerada como um só território pelos habitantes da cidade.

Após essa premissa, este trabalho visa analisar enunciados propostos pela mídia local a respeito dos sujeitos que vivem na RID e também o discurso, coletado por meio de entrevistas, do próprio sujeito, com o intuito de perceber como ele se percebe neste contexto social complexo e nas representações que os meios midiáticos veiculam sobre ele, uma vez que podem constituir-se em elementos pejorativos e estigmatizantes diante da população de Dourados. Assim como afirma Borges, “[...] entender o modo como se constitui o Outro, o diferente, especialmente, quando esse Outro, diferente é constitutivo do nosso espaço de vivência, é primordial para que possamos construir qualquer que seja o projeto” (BORGES, 2013, p. 23).

Em relação à pesquisa e escolha das matérias jornalísticas, selecionamos um total de vinte e duas publicações, compreendidas entre o período de 21 de julho de 2018 e 22 de abril de 2022. Os veículos midiáticos eleitos foram os seguintes: Dourados News, Midiamax, Progresso, 94 FM Dourados, Dourados Agora e GIMS, todos na modalidade *on-line*. Prezamos nesta etapa, tanto pela contemporaneidade das notícias, quanto pela diversificação e abordagem de vários Jornais popularmente conhecidos na região. Após a seleção, realizamos uma análise geral dos textos e uma taxionomia deles, seguidas da deliberação daqueles que seriam mais amplamente explorados neste trabalho.

No tocante às entrevistas, as mesmas foram realizadas virtualmente entre janeiro e abril de 2022. Participaram dela um total de sete pessoas, com idades entre 23 e 35 anos, todos indígenas habitantes da Reserva Indígena de Dourados. Mesmo nos valendo de um roteiro de perguntas pré-estabelecidas, as entrevistas deste trabalho classificam-se como semiestruturadas, uma vez que houve modificações e até mesmo inversões no decorrer delas. Com consentimento dos participantes, gravamos toda a conversa e, mais tarde, realizamos transcrições literais das mesmas. Este estágio objetivou relacionar o que a mídia diz acerca

dos sujeitos indígenas com aquilo que eles próprios dizem de si mesmos e da mídia, levando em conta o processo de subjetivação vivenciado por eles. Consideramos que este embate foi bastante enriquecedor, uma vez que lançou luz às verdades propagadas pelos excertos das notícias em contraponto com a voz indígena locutora de sua própria realidade.

Para tanto, dialogamos com os estudos discursivos de Michel Foucault, especificamente seu método arqueogenealógico. Com noções como a raridade, a exterioridade e o acúmulo, o *a priori* histórico e o arquivo, bem como por meio de sua abordagem sobre a busca da verdade pelo homem ao longo da história e a ligação entre o que é considerado como verdade e as relações de poder.

Pretendemos compreender melhor como ocorre o processo de subjetivação dos sujeitos envolvidos neste estudo e como isso interfere no modo como estes se percebem e encaram suas realidades.

Metodologicamente, a abordagem proposta aqui se assenta no arcabouço teórico dos Estudos Discursivos Foucaultianos. Tomando apenas os conceitos que nos interessa mais de perto, utilizando tal arcabouço como “caixa de ferramenta” a fim de nos auxiliar nas análises do *corpus* que se apresenta. Em relação à coleta do material, a escolha recaiu sobre excertos midiáticos devido à inegável posição social de poder que um meio de informação ocupa e seu papel como formador de opinião, visto que “[...] comunicar, informar, tudo é escolha. Não somente escolha de conteúdos a transmitir, não somente escolha das formas adequadas para estar de acordo com as normas do bem falar e ter clareza, mas escolha de efeitos de sentido para influenciar o outro, isto é, no fim das contas, escolha de **estratégias discursivas**” (CHARAUDEAU, 2018, p. 39, grifos do autor).

Ao utilizar-se de um meio institucional para a publicação de uma notícia, o jornalista desempenha um papel social discursivo que possui uma premissa de verdade diante do leitor. Em contrapartida, o sujeito indígena ao relatar suas percepções a respeito das relações socioculturais nas quais encontra-se inserido, possivelmente permeia seu discurso de fatores que denotam o processo de subjetivação que ele sofre neste processo.

Michel Foucault postula que os limites sociais do discurso objetivam manter-se o controle sobre seus “poderes”: “[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 1996, p. 8-9).

Assim, para o teórico, o discurso não seria apenas um instrumento para dizer algo, mas o próprio objeto do dizer: “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os

sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 1996, p. 10).

Diante da “convivência” social do sujeito indígena em Dourados, este trabalho justifica-se pela necessidade de refletir sobre os efeitos de verdade que podem ser gerados pela enunciação midiática, inclusive no reflexo de subjetivação do sujeito indígena habitante da Reserva. Aliados ao arcabouço teórico selecionado, pretendemos demonstrar como essa dinâmica pode contribuir para a manutenção de um cenário conflituoso entre a sociedade e o indígena, ampliando o estigma e a divisão historicamente formada.

Raridade, Exterioridade e Acúmulo na análise enunciativa foucaultiana

Na análise enunciativa foucaultiana, três aspectos devem ser considerados: o da raridade, o da exterioridade e o de acúmulo. A raridade é a indicação de que “nem tudo é sempre dito”, ou seja, de acordo com esse princípio de rarefação, os enunciados são estudados “na instância que os faz surgirem à exclusão de todos os outros” (FOUCAULT, 2008, p. 135), logo, o enunciado a partir do lugar que somente ele ocupa, em uma limitação de aparecimento. Gregolin (2004, p. 37) afirma que a raridade indica uma não transparência enunciativa, uma vez que “nem tudo pode ser dito num lugar qualquer por um sujeito qualquer”.

Tomando por base esse princípio, Foucault (2008) procura desvincular a ideia de enunciado ligado a uma historicidade no campo ideológico e procura restituí-lo ao momento de sua irrupção, em seu lugar de acontecimento. Assim o fazendo, o discurso deixa a ideia exegética de infinitude e surge como um “bem finito”, com “regras de aparecimento” que, para o autor, apontam para os meios de apropriar-se e utilizar-se desse bem que indicam para as questões de poder que envolvem esse processo de apropriação e utilização e colocam o discurso como objeto de “luta” e de “luta política”.

A exterioridade, para Foucault (2008), consiste na proposta de considerar o enunciado a partir de sua dispersão, ou seja, da instância de acontecimento, que permite analisá-lo não como resultado de algo anterior a ele, mas em seu próprio nível enunciativo, onde e quando foram produzidos. Assim, essa noção de exterioridade devolve os enunciados a um *locus* de autonomia, uma vez que não é tratado como resultado de outra coisa, deixando dessa forma a ideia de uma “subjetividade soberana”. “Não importa quem fala, mas o que ele diz não é dito de qualquer lugar. É considerado, necessariamente, no jogo de uma exterioridade”

(FOUCAULT, 2008, p. 139). De acordo com Gregolin (2004, p.37), pela exterioridade, a análise “busca reencontrar o exterior onde se repartem em sua relativa raridade, em sua vizinhança lacunar, em seu espaço aberto, os acontecimentos enunciativos”.

A noção de acúmulo, por sua vez, para o autor, trata de pensar o enunciado em sua temporalidade, ou seja, como os enunciados pertencentes a uma Formação Discursiva se acumulam ao longo do tempo. O filósofo determina três fenômenos que ligam os enunciados à sua temporalidade, quais sejam, a remanência, a aditividade e a recorrência. Por remanência entende-se a forma material de conservação de textos e como são armazenados, como os livros e as bibliotecas, por exemplo, sendo o esquecimento e a destruição “o grau zero da remanência. E sobre o fundo por ela constituído, os jogos da memória e da lembrança podem-se desenrolar” (FOUCAULT, 2008, p. 140). A noção de aditividade tem relação com a maneira como os enunciados se agrupam e se relacionam com outros enunciados de acordo com sua natureza. Essa coexistência acontece, então, de maneiras diferentes, de acordo com as especificidades enunciativas como o assunto, a temporalidade etc. Finalmente, a recorrência é a característica que relaciona todo enunciado a um campo de elementos que o antecederam e em relação aos quais se situa. De acordo com Foucault (2008, p. 141) essa característica constitui o passado do enunciado, colocando-o como “verdade adquirida, como um acontecimento que se produzia, como uma forma que se pode modificar, como matéria a transformar, ou, ainda, como objeto de que se pode falar”.

O *A priori* histórico e o Arquivo: surge o método arqueológico

Foucault (2008) determina que, na materialidade discursiva, existe uma trama que liga muitos autores e tudo o que já foi dito por meio de um campo denominado por ele de “positividade”, uma vez que nesse campo se desenvolvem “identidades formais, continuidades temáticas, translações de conceitos, jogos polêmicos”. Para Fernandes (2012), a positividade que marca a prática discursiva é possibilitada pelo fato de os discursos ocorrerem em uma dispersão de enunciados e possibilitados pela sua historicidade. Seria, então, sob a visão foucaultiana, essa positividade a cumprir a função do *a priori* histórico, que é tido pelo filósofo como uma “condição de realidade para enunciados”, na medida em que

Não se trata de reencontrar o que poderia tornar legítima uma assertiva, mas isolar as condições de emergência dos enunciados, a lei de sua coexistência com outros, a

forma específica de seu modo de ser, os princípios segundo os quais subsistem, se transformam e desaparecem. *A priori*, não de verdades que poderiam nunca ser ditas, nem realmente apresentadas à experiência, mas de uma história determinada, já que é a das coisas efetivamente ditas. [...] esse *a priori* deve dar conta dos enunciados em sua dispersão [...] em suma, tem de dar conta do fato de que o discurso não tem apenas um sentido ou uma verdade, mas uma história, e uma história específica que não o reconduz às leis de um devir estranho (FOUCAULT, 2008, p. 144).

Então, há sistemas responsáveis pela emergência enunciativa, ou seja, o enunciado a partir de seu momento de irrupção no interior das práticas discursivas. A esses sistemas, Foucault chamou de “arquivo”. Fernandes (2012, p. 36) resume a noção foucaultiana de arquivo como um “conjunto de enunciados efetivamente produzidos em dada época”. Trata-se, pois, de discursos que tiveram seu surgimento graças a “um jogo de relações” e “segundo regularidades específicas” (FOUCAULT, 2008, p. 146). O teórico complementa essa ideia ao colocar o arquivo como “sistema de enunciabilidade” e “sistema de funcionamento”. Sistema de enunciabilidade, uma vez que diz não se tratar de documentos guardados como passado ou identidade cultural, mas sim de questionar ao próprio discurso a quais possibilidades enunciativas ele direciona, sendo assim “a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares”; sistema de funcionamento devido ao fato de o arquivo não significar uma ressurreição de enunciados inertes, mas sim de ser o que “define o modo de atualidade do enunciado-coisa”. Por isso, o arquivo

[...] define um nível particular: o de uma prática que faz surgir uma multiplicidade de enunciados como tantos acontecimentos regulares, como tantas coisas oferecidas ao tratamento e à manipulação. [...] entre a tradição e o esquecimento, ele faz aparecerem as regras de uma prática que permite aos enunciados subsistirem e, ao mesmo tempo, se modificarem regularmente. **É o sistema geral da formação e da transformação dos enunciados** (FOUCAULT, 2008, p. 147-148, grifos do autor).

Em conclusão, Foucault (2008) estabelece que o método arqueológico é fundado a partir da concepção de arquivo e coloca o termo “arqueologia” em oposição à tentativa de buscar algum começo. O teórico diz ainda que a análise não se associa a alguma “exploração ou sondagem geológica” e sim a “uma descrição que interroga o já dito no nível de sua existência; da função enunciativa que nele se exerce, da formação discursiva a que pertence, do sistema geral de arquivo de que faz parte” (FOUCAULT, 2008, p. 149). Desse modo, a arqueologia, de acordo com a concepção foucaultiana, “descreve os discursos como práticas especificadas no elemento do arquivo” (FOUCAULT, 2008, p. 149).

Em seguida, abordaremos como o sujeito indígena se subjetiva no contexto estigmatizante no qual se encontra inserido, uma vez que ele não pode ser dissociado das práticas sociais e das relações de poder que as envolvem.

A subjetividade indígena marcada por estigmas

As análises foram organizadas em sequências enunciativas extraídas de veículos midiáticos e também excertos das entrevistas realizadas com os sujeitos participantes dessa pesquisa. Os jovens entrevistados foram identificados como E1, E2, E3, E4, E5, E6 e E7 a fim de preservarmos suas identidades.

Devido à necessidade de abordar o conceito de estigma, utilizaremos os apontamentos de Erving Goffman constantes na obra *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*, publicada em 2019. Para este autor, a partir dos atributos que as pessoas possuem, elas são categorizadas de acordo com regras estabelecidas socialmente. Assim, são convencionados pela sociedade os requisitos que enquadram os indivíduos em distintas categorias. Diante disso, são geradas expectativas rígidas a respeito de como devem ser os indivíduos de cada espaço social. Por isso, todas as vezes que nos deparamos com um sujeito desconhecido, é possível perceber, a partir dos atributos que este possui, qual a sua “identidade social”.

Segundo Goffman (2019), o estigma é um traço não esperado no quadro social. Assim, quando isso ocorre em relação a alguém,

[...] deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande – algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem [...]. O termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo (GOFFMAN, 2019, p. 12-13).

O autor acrescenta ainda que um estigma é uma relação especial entre atributo e estereótipo e o qualifica em três tipos: primeiramente, o estigma ligado ao defeito físico – “abominações do corpo”; em segundo lugar, as falhas de caráter individual, como a “vontade fraca”, a “desonestidade”, a dependência de álcool, o homossexualismo ou tentativas de suicídio; por último os “estigmas tribais”, atrelados à raça, nacionalidade e orientação religiosa. Esse tipo de estigma, à diferença dos demais, é herdado pela linhagem familiar.

Devido a essa relação, quando uma pessoa possui um traço estigmatizante, a atenção social volta-se para ele, de modo que outros atributos que este indivíduo possui não sejam notados.

Perante essas imposições sociais, o sujeito estigmatizado que, por sua vez, também se encontra inserido nelas, incorpora muitas vezes as crenças sobre identidade que circulam em seu meio e não se enxergam como partícipes do quadro de normalidades,

[...] ademais, os padrões que ele incorporou da sociedade maior tornam-no intimamente suscetível ao que os outros veem como seu defeito, levando-o inevitavelmente, mesmo que em alguns poucos momentos, a concordar que, na verdade, ele ficou abaixo do que realmente deveria ser (GOFFMAN, 2019, p. 17).

Frente a essas considerações, o sujeito indígena, a quem é atribuído um estigma racial, por encontrar-se inserido nesse meio social maior, tende muitas vezes a amalgamar essa crença de inferioridade a ele atribuída. Goffman (2019) assevera que no processo de socialização, os estigmatizados tendem a sofrer mudanças na “concepção do eu”, aprendendo e incorporando a ótica dos normais e as crenças sociais a respeito da identidade. Especialmente no município de Dourados, onde o convívio com a área urbana é bastante frequente, provocando uma maior exposição desse sujeito à maneira local de pensar. São nessas ocasiões de “contatos mistos”, ou seja, quando os estigmatizados e os ditos “normais” encontram-se em uma mesma “situação social” que a obra de Goffman faz sentido para nós, também habitante deste lugar.

Para o autor, tanto a situação de contato, quanto o impacto identitário que este provoca, geram no ser uma reação de resposta que busca corrigir direta e indiretamente o “defeito” estigmatizante.

Em relação aos entrevistados em nossa pesquisa, o que doravante denominamos de E1 (sujeito indígena que participou de modo voluntário da pesquisa), ao ser questionado sobre as situações de preconceito que teria vivenciado, o jovem responde afirmando que presenciou e ouviu comentários racistas e preconceituosos, mas em relação a outros indígenas que estariam por perto e não a ele próprio, uma vez que seu aspecto não denota diretamente a sua origem:

É, geralmente são comentários dicotômicos, né, em relação, por exemplo, como eu sou um pouquinho mais, como é que o pessoal diz? Um pouquinho mais, é... **urbanizado**, né, digamos assim, é, **eu acabo meio que disfarçando**, entre aspas, né. **Eu falo bem o português, eu é, às vezes, a minha própria aparência assim, né. Tipo, por exemplo, se eu tava de máscara, ou não, às vezes, não... não transparece que eu sou de fato indígena.** Mas, é, em relação a outras pessoas, né, fica bem nítido, fica bem perceptível, né, a maneira como a pessoa tá vestida, a maneira como elas falam, meio que acaba assim, sendo um dos motivos, né. (E1)

Nota-se uma correção direta, ou seja, à “base objetiva de seu defeito”, perceptível na escolha por uma aparência “urbanizada” e pelo fato de não possuir traços da língua materna na pronúncia do português.

Também o sujeito pode buscar uma correção indireta de sua condição, como é possível detectar na resposta do jovem aqui chamado de E2 que narra situações de preconceito no ambiente de trabalho por ocupar um cargo superior e de confiança:

As pessoas sempre que vê um índio capaz de exercer uma função a qual elas deveriam exercer e no meu caso, **quando eu comecei pela empresa eu comecei lá embaixo e aí cheguei num cargo superior**. Então eu sempre fui visto pelo meu colega de trabalho que eu não deveria estar assumindo aquele cargo, cargo de conferência que é um cargo de confiança. Aí muitas vezes as pessoas sempre falavam: ‘oh, como é que o cara assumiu um cargo desse se nem experiência tem? Nem de confiança é?’ E a gente não pode pensar dessa forma, acho que se é uma empresa grande a gente deveria se tratar como um todo, não julgando o outro pela raça, não é? Ou pela cor. (E2)

Observamos que o sujeito galgou em seu local de trabalho uma função que convencionalmente não lhe seria destinada. De acordo com Goffman,

[...] o indivíduo estigmatizado pode, também, tentar corrigir a sua condição de maneira indireta, dedicando um grande esforço individual ao domínio de áreas de atividade consideradas, geralmente, como fechadas, por motivos físicos e circunstanciais, a pessoa com o seu defeito (GOFFMAN, 2019, p. 19).

O autor esclarece:

Sabe-se que as pessoas que estão prontas a admitir que têm um estigma (em muitos casos porque ele é conhecido ou imediatamente visível) podem, não obstante, fazer grandes esforços para que ele não apareça muito. O objetivo do indivíduo é reduzir a tensão, ou seja, tornar mais fácil para si mesmo e para os outros uma redução dissimulada ao estigma, e manter um envolvimento espontâneo no conteúdo público da interação (GOFFMAN, 2019, p.113).

Além dessa busca por corrigir o defeito, a previsão de contatos sociais entre normais e estigmatizados pode, em consonância com Goffman (2019), levar as pessoas a buscarem evitar tais situações. Pode ainda criar naquele a quem o estigma recai uma “capa defensiva” ou até mesmo provocar nele uma reação agressiva, uma vez que este pode oscilar entre o retraimento e a agressividade, pois, “uma vez que tanto o estigmatizado quanto nós, os normais, nos introduzimos nas situações sociais mistas, é compreensível que nem todas as

coisas caminhem suavemente” (GOFFMAN, 2019, p. 27). A exemplo disso, temos a relação entre os habitantes da RID e a população douradense, que nem sempre ocorre de maneira harmônica. É possível notar que o comportamento do sujeito indígena se alterna entre o recuo diante do preconceito e a agressividade quando se insere nos espaços predominantemente ocupados por não indígenas, ou quando luta por seus direitos em ocupações e protestos, por exemplo.

A produção da verdade e as relações de poder

Foucault (2008) estabeleceu como princípio de rarefação as razões de um discurso surgir e tantos outros serem excluídos, o que para ele demonstra o uso discursivo em relações de poder e luta. Assim, conforme pudemos observar nos excertos dos jornais locais que compuseram o *corpus* desta pesquisa, dos quais apresentaremos e analisaremos mais profundamente dois deles mais adiante, o *modus operandi* dos jornais locais pode ser determinante para o fortalecimento de estigmas e exclusão no imaginário social. Para Foucault (2008), as escolhas discursivas estão diretamente ligadas às relações de poder.

Em *Microfísica do Poder*, o filósofo afirma que nada pode estar isento de poder, mas que o poder não é um objeto em si, e sim uma relação que ocorre em práticas sociais e, como uma máquina, se dissemina por toda a sociedade e por isso não é possível escapar dele. No entanto, não é, de acordo com Foucault, a partir das funções repressivas que o poder pode ser explicado, uma vez que

[...] o seu objetivo básico não é expulsar os homens da vida social, impedir o exercício de suas atividades, e sim gerir a vida dos homens, controlá-los em suas ações para que seja possível e viável utilizá-los ao máximo, aproveitando suas potencialidades e utilizando um sistema gradual e contínuo de suas capacidades. Objetivo ao mesmo tempo econômico e político: aumento do efeito de seu trabalho, isto é, tornar os homens força de trabalho dando-lhes uma utilidade econômica máxima; diminuição de sua capacidade de revolta, de resistência, de luta, de insurreição contra as ordens do poder, neutralização dos efeitos do contrapoder, isto é, tornar os homens dóceis politicamente (FOUCAULT, 2012, p. 16).

Sendo a instância midiática uma Instituição de poder, suas escolhas discursivas estão diretamente ligadas a relações de poder estabelecidas socialmente. Como pudemos observar, existe uma prática de discurso aplicada pela mídia local em relação aos assuntos relacionados aos indígenas e à RID, que resultam na perpetuação de estigmas e preconceitos da população

em relação ao sujeito indígena. Conforme apontam os participantes da pesquisa, deixando de mostrar aspectos da vida cotidiana na Reserva, como eventos culturais e esportivos, a desigualdade social ali existente, os problemas relacionados à falta de saneamento básico, entre outros, a mídia colabora para que perdure essa situação.

Como descrito anteriormente, os órgãos estatais que teriam a responsabilidade de proteger os povos indígenas, historicamente trabalharam de modo a beneficiar interesses outros, geralmente associados à posse territorial. Assim como em outras regiões brasileiras, no Mato Grosso do Sul, a reivindicação e os movimentos de retomada de terras por parte dos povos originários têm gerado bastante tensão e conflitos entre indígenas e fazendeiros. O poder público é lento e omissivo na intermediação da contenda, contribuindo para que a lide se agrave e culmine em ocasiões extremas.

Nesse sentido, é notória a declaração da participante da entrevista E5:

Aqui mesmo sempre acontecem os ataques nas retomadas. Isso é bem pesado, porque quando eles fazem esse tipo de ataque não tem só mulher, tem criança, jovem, adolescente, idoso; tem tudo! [...]” Pesquisadora: “Quando você fala de ataques de retomadas, quem ataca quem?” E5: “Os pistoleiros e até mesmo os fazendeiros, porque eu até estive nessa retomada nova que teve aqui na divisa bem pertinho de casa. Acho que quando tava no quarto dia a gente foi lá, ficamos lá e fizemos o barraco tal, mas a gente tava ali pra dar força mesmo para o pessoal. Aí a gente foi lá e quando deu umas dez e meia por aí, chegou a dona da fazenda e com tom irônico falou: **‘Que horas que essa palhaçada vai acabar?’** [...] Então todo mundo ficou em choque, ficamos com medo mas ficamos ali. No outro dia, quando a gente tava ali... era umas nove horas e **veio uma kombi cheia de pistoleiro com arma para matar mesmo!** Se o pessoal tivesse desatento talvez ia acontecer alguma morte ali. Mas como tinha o pessoal todo unido, um estava cuidando as entradas e quando ficamos sabendo dos caras conseguimos fechar a kombi e o cara que tava na frente conversou com eles. **Eles falaram que era só pra dar medo, para a gente sair dali e iam dar só uns tiros pra cima, que não iam atirar em ninguém; mas o cara que estava ali na linha de frente conseguiu falar e não deixou eles descerem do carro! Mas eles estavam armados e falaram que iam tirar o pessoal dali nem que fosse na base da bala.** (E5)

A fala da entrevistada narra uma ocupação em uma fazenda que durava cinco dias, na qual os indígenas foram deixados à própria sorte, sem intermédio algum do Estado, a fim de buscar um entendimento e uma solução. Desse modo, segundo a declaração da participante da pesquisa, a proprietária da terra se sentiu no direito de enviar homens armados a fim de assustar e dispersar as pessoas que ali acampavam em barracas.

De acordo com Foucault (2012, p. 12), o poder está intrinsecamente atrelado aos regimes de verdade, logo, a verdade é produzida neste mundo “graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder”. A análise discursiva, de acordo com o método foucaultiano, deve ocorrer a partir da dispersão do discurso, ou seja, levando-se em conta as marcas das relações e da historicidade no momento de seu aparecimento. A opção por veicular informações que maculam a imagem do sujeito indígena perante a sociedade denota uma tomada de posição da mídia que acaba contribuindo para o enfraquecimento da luta e, conseqüentemente, da voz desse sujeito. Sendo os meios de comunicação aqueles que atuam por meio de Instituições que produzem e transmitem a verdade, ao agirem dessa forma excluem o discurso indígena da categoria de verdadeiro, fazendo com que caia em descrédito, pois, “onde há poder, ele se exerce, ninguém é propriamente seu titular, e, no entanto, ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros do outro; não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem não o possui” (FOUCAULT, 2012, p. 75).

Vejamos as sequências enunciativas a seguir:

Sequência Enunciativa 1:

Sitiantes e indígenas voltam a entrar em conflito

Sitiantes e indígenas voltaram a entrar em conflito em Dourados. Pequenas propriedades ao lado da aldeia Bororó e às margens da Perimetral Norte estão ocupadas desde 2014. Desde então o clima é de tensão na região.

Ontem, houve novo conflito. Imagens que circulam pela internet mostra uma suposta moradia indígena pegando fogo. Há várias casas construídas de lona ou madeira nos sítios ocupados, contudo, há tentativa de ocupações em terras vizinhas, sendo impedida pelos sitiantes, que contrataram segurança.

Equipe da Polícia Militar esteve no local, ontem, sendo recebida a pedradas por indígenas. Na tarde de hoje retornaram à região, acompanhados por policiais federais, mas o clima já é pacífico.

Conforme a PM, uma reunião foi agendada para quarta-feira que vem na Funai (Fundação nacional do Índio), com a presença da PM, PF e MPF (Ministério Público Federal).

Sitiantes que tiveram as terras ocupadas entraram com ação na justiça. O caso foi parar no STF (Supremo Tribunal Federal) e está parado.

Os indígenas dizem que as terras pertenciam aos seus antepassados. Os sitiantes se defendem dizendo que compraram as terras (alguns mais de 50 anos) e possuem escrituras (VERÃO, 2021)³.

Sequência Enunciativa 2:

Índios invadem fazenda, torturam e fazem caseiro refém por 6h

³ Disponível em: <https://www.douradosagora.com.br>. Acesso em: 7 abr. 2023.

Grupo de aproximadamente 30 indígenas invadiram a Fazenda Celeste, em Dourados, na noite de sexta-feira (20/7) e fizeram refém o caseiro do local. Conforme relato do homem à polícia, ele ficou ‘preso’ na propriedade entre 22h de ontem e 4h deste sábado.

De acordo com o boletim de ocorrência registrado pela vítima, os invasores entraram na fazenda em posse de arma de fogo, arco, flecha e lanças.

Durante o período em que ficou com o grupo informou ter sido torturado. Na delegacia, ele apresentou ferimentos pelo corpo e na cabeça.

Antes de ser liberado, os indígenas ainda roubaram do caseiro a carteira, aparelho de telefone celular e R\$ 400.

Ao deixar a propriedade rural, ainda conforme o registro policial, o homem dirigiu até uma mercearia e foi levado até a casa de familiares, antes de denunciar o fato.

A ocorrência foi registrada como lesão corporal, ameaça e violação de domicílio.

A área segue ocupada. No passado, o local passou por outra invasão.

A Fazenda Celeste fica na região próxima à avenida Guaicurus, via que dá acesso às universidades, aeroporto, Exército, distritos e vários bairros de Dourados (MORETTO; DUARTE, 2018)⁴.

Ambas as sequências enunciativas tratam da questão conflituosa que impera entre indígenas e proprietários de terras na região de Dourados. Na sequência 1, o título da notícia deixa claro a recorrência dessa condição: “Sitiantes e indígenas **voltam** a entrar em conflito”. Além de destacar a habitualidade da lide, o texto segue explicitando que a ocupação tem uma duração de sete anos até a data da matéria, o que enfatiza a lentidão do poder público em dirimir o problema. Essa ineficácia também é aparente no fato de novas ocupações em propriedades vizinhas não ocorrerem graças à contratação de seguranças particulares por parte dos proprietários.

Para Foucault, a verdade é poder e consiste em um grupo de regras que diferenciam o que é verdadeiro e o que é falso. Por isso, para o teórico, o que deve ser mudado são os regimes de produção da verdade e não aquilo que se encontra na consciência ou na cabeça das pessoas. A mídia e os jornais, investidos de uma posição institucional, funcionam como produtores de verdade e isso se reflete nas escolhas daquilo que é noticiado e na forma como isso é feito.

Essa problemática está presente nos dizeres dos participantes da pesquisa: E6:

Então há coisas boas aqui dentro (da Aldeia), há campeonato de futebol que todas as classes: mulheres, jovens e adultos... que todos gostam de ver. [...] Então, isso eles não mostram nos noticiários, só mostram as coisas ruins **então muitas vezes as pessoas só conhecem esse lado**. [...] Eles também poderiam divulgar mais sobre nós indígenas, sobre nossa cultura, mostrar a nossa língua e como são dentro das

⁴ Disponível em: <https://www.douradosnews.com.br>. Acesso em: 7 abr. 2023.

escolas indígenas... isso eles também deveriam mostrar! **E com certeza se eles mostrassem isso mudaria a opinião dessas pessoas.** Se mostrassem como que nós indígenas vivemos aqui; que muitos indígenas vivem em barracos de lona... que não tem uma renda e precisam de um olhar dos órgãos públicos e dos projetos sociais aqui dentro! Então a mídia pode nos favorecer também, é só eles quererem; mas é muito difícil isso. (E6)

Na sequência da matéria, o jornalista noticia que os indígenas recepcionaram a PM a pedradas. Assim, coloca a cargo destes sujeitos um comportamento inapropriado, uma vez que a Polícia estaria ali a fim de intermediar os acontecimentos. Essa posição atrela a imagem do indígena ao estereótipo de selvageria, aproximando-o do animalesco e alimentando estigmas sociais pré-estabelecidos. Por fim, apesar da aparente imparcialidade do jornal ao veicular a voz dos indígenas e sua motivação: “Os indígenas dizem que as terras pertenciam aos seus antepassados”, a frase seguinte coloca os proprietários da terra em posição de defesa, enfatizando que alguns compraram as propriedades há mais de 50 anos e que possuem escrituras destas. Logo, a narrativa indica que não se trata apenas de uma palavra contra a outra, explicitando que os sitiados possuem documentos, ou seja, que estão legalmente respaldados.

A sequência enunciativa dois relata a invasão por um grupo de indígenas em uma Fazenda de Dourados. O título desempenha o papel de impressionar o leitor e chamar sua atenção, uma vez que se refere à invasão e à tortura a qual os indígenas teriam submetido o caseiro da propriedade. Também a referência às armas utilizadas pelo grupo provoca medo e apreensão no público: “arma de fogo, arco, flecha e lanças” e faz eco ao estigma do primitivismo, somado à crueldade e à truculência. O encerramento do texto denota ainda a impotência ou ineficácia do poder público e de segurança, uma vez que o grupo invasor permanece na área da Fazenda.

O jornal destaca ainda que esse é um problema recorrente ao informar que a área já sofrera com invasões anteriores. A essas informações segue a frase: “A Fazenda Celeste fica na região próxima à avenida Guaicurus, via que dá acesso às universidades, aeroporto, Exército, distritos e vários bairros de Dourados”. Com isso, o locutor aproxima da sociedade douradense a zona de “perigo” e o risco, marcando no texto que as situações extremas ocorrem muito perto dos locais urbanos onde vivem e circulam os cidadãos do município.

Ao contrário da sequência anterior, esta não menciona as razões ou motivações que levam os sujeitos indígenas a ocuparem as terras circunvizinhas à RID. Outra diferença em relação à quinta sequência está no uso do verbo “invadir” ao invés de “ocupar”. Ao destacar a violência do ato, o jornal intitula os seus autores como “invasores”. O verbo “ocupar” é

utilizado apenas uma vez, em “a área segue ocupada”, porém, a frase seguinte volta a utilizar o termo “invasão”: “No passado, o local passou por outra invasão”. Essa opção está em consonância com o teor da notícia e atrela a atitude do grupo de indígenas ao uso da força, distanciando a ação de uma manifestação pacífica e legítima.

Nesse sentido, é possível detectar as relações de poder e suas redes, em um sistema que produz verdades, pois “o poder, longe de impedir o saber, o produz” (FOUCAULT, 2012, p. 148). Para Foucault (2012), as relações de poder não estão separadas do funcionamento do discurso. Assim, ao eleger uma metodologia de noticiar as questões envolvendo os indígenas que vivem na região, a mídia opera ampliando a resistência da opinião pública sobre essas pessoas, pois estabelece aquilo que é tido socialmente como verdade. Por isso, nos diz Foucault: “[...] somos julgados, condenados, classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a um certo modo de viver ou morrer em função dos discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos específicos do poder” (FOUCAULT, 2012, p. 180).

Uma vez que a mídia apresenta uma prática discursiva de divulgar notícias que chocam o público, buscando atender à necessidade comercial das instituições, ao sujeito indígena só resta o olhar do preconceito e da exclusão, tendo em vista que a mídia, como já abordamos, é uma instituição que tem o poder de disseminar opiniões, informações e alimenta um imaginário social do que é ser um sujeito indígena.

Foucault definiu o conceito de prática discursiva como “[...] um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 2008, p. 133).

Como foi possível observar, existe uma prática discursiva que atravessa a maneira como a mídia trata as questões indígenas na Região de Dourados. Existe uma regularidade que determina o surgimento desses dizeres, que faz com que o discurso nasça em um “jogo de relações” que caracterizam o nível discursivo. (FOUCAULT, 2008, p. 146).

Devido a esse fenômeno, os reais problemas sofridos na RID não são colocados sob os holofotes e os habitantes da Reserva se veem, muitas vezes, negligenciados pelos órgãos competentes, sem a garantia de seus direitos fundamentais. Assim, para reivindicar direitos e serem ouvidos pelo poder público, esses sujeitos, não raro, se organizam em grupos que resistem e protestam de modo a chamar a atenção da sociedade e dos jornais para seus problemas.

Como exemplo disso, a participante da pesquisa E5 conta que, ao solicitarem o retorno de um ônibus para os estudantes que havia sido tirado de circulação, a Prefeitura não lhes deu retorno algum e por isso fizeram uma manifestação: E5:

Então a gente foi e pediu força para o capitão e deu um prazo de uma semana para a prefeitura responder a gente e eles não responderam; **ficaram só jogando um pro lado do outro e ninguém respondia e não resolveu nada**. Então falamos para o capitão que ia ter que fechar a BR, **porque só se a gente fechar a BR eles vão ver a gente!** Então fechamos a BR. (E5)

Essa prática de manifestação é comum em Dourados. A necessidade de resistência é marcada na fala dessa participante: “E por isso eu sempre falo: **“Resistir para existir”**. Se a gente não resiste, enquanto um morre nasce dois; **a gente tem que sempre resistir!** E as minhas poesias sempre são tiradas dessas vivências”.

Foucault postula que nas malhas do funcionamento do poder, ninguém é seu alvo inerte, mas sim “centros de transmissão” que estão em posição, tanto de exercê-lo, quanto de sofrer sua ação. Por isso, “O poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles [...] O indivíduo não é o outro do poder, é um de seus primeiros efeitos” (FOUCAULT, 2012, p. 183). Logo, onde há poder, há conseqüente e inevitavelmente sujeitos que resistem. A resistência é, então, um efeito do exercício do poder.

Está presente no relato de alguns dos participantes desta pesquisa a forma como ocorrem as relações de poder e saber dentro da RID, em seu funcionamento. O Capitão, que é escolhido por meio de eleição, é o sujeito que detém o saber e, conseqüentemente, o poder. Sua figura é investida de autoridade e respeito e ele determina as regras de convivência social entre o grupo, conforme demonstra o relato de E4:

As leis internas aqui são criadas pelo Capitão daqui da aldeia e se eles descumprirem essas leis que são criadas aqui na reserva, eles são aconselhados; se eles não fizerem o que o capitão tá falando para fazer, o Capitão chama a pessoa, conversa e fala para ele sair da aldeia e se ele quiser levar sua mulher, que leve, enquanto ele não cumprir as regras da reserva ele não fica aqui. (E4)

Sendo assim, existe no convívio social da RID uma relação de submissão em relação a um líder escolhido pela comunidade. Essa realidade vai de encontro com Foucault (2012) ao determinar que os poderes têm exercício em diferentes níveis da rede social, estabelecendo-se como “micropoderes”, diluídos nas micro instituições. Essa peculiaridade se concretiza ainda

em formas de exclusão e preconceito exercidas pelos habitantes da Reserva em relação a outros grupos étnicos: E2:

Aqui na Aldeia, logo quando eu vim pra cá, já senti pela parte da etnia da minha esposa, que é o kaiowá, **no começo eu não fui aceito pela família por modo de eu não ser da região e não ter a mesma etnia**; isso foi uma das situações que eu senti rejeição por não ser daqui, por ser de fora, e isso é o que deixa a gente bem chateado. (E2)

Essa organização da RID em uma microinstituição, na qual se desempenham micropoderes, faz com que alguns grupos busquem formas de autosuficiência em relação ao perímetro urbano e à sociedade douradense, E1 relata:

E outra coisa, a questão também é a questão geográfica, o fato da gente tá aqui um pouco quase que isolado já torna isso tudo mais, digamos assim, como se tivesse urbano, entende? Porque aqui já tem escolas, aqui já tem serviços, **aqui o pessoal eles ainda são presos, né... também numa espécie de bolha**. E é difícil a gente tentar levar isso pra fora, porque tudo aqui é voltado praqui, os indígenas eles têm que trabalhar pros indígenas e eles não podem ir buscar, por exemplo, que eu me forme como professor, eu não posso ir buscar vagas, disputar as mesmas vagas com o pessoal da cidade porque o tipo de serviço pra mim já é destinado aqui, a trabalhar aqui. (E1)

Para Borges (2021, p. 120), “é o ódio que está na base do discurso anti-indigenista que circula entre nós na forma de senso comum”. Para ela, o fomento ao ódio é a concretização do movimento contra o sujeito a quem se deseja negar a existência, ou seja, apagar, silenciar, matar. Então, vemos que o sujeito indígena é subjetivado pelos discursos estigmatizantes que ecoam socialmente e sofrem com o preconceito e a rejeição. Essa situação é alimentada pela desinformação e pela ênfase negativa veiculada pelas mídias locais a respeito desse sujeito. É importante destacar que não é a intenção deste trabalho exaurir as publicações da mídia local sobre a temática, mas sim executar um recorte a partir de um lapso temporal, que abrange o período entre 21 de julho de 2018 e 22 de abril de 2022, de modo a atender às reflexões analíticas propostas para esta pesquisa.

Regularidades e subjetivação no discurso do sujeito indígena

Segundo Foucault (2002) a formação do sujeito está estreitamente ligada às relações de verdade, ou seja, o sujeito, para este autor, é constituído pelas práticas sociais. Assim, na

visão foucaultiana, o sujeito está sempre se reformulando, se transformando juntamente com a história. Sendo o exercício discursivo fator determinante das práticas sociais e permeado pelas relações de poder, pensar o sujeito pelo prisma deste teórico implica em considerá-lo a partir das subjetivações ocorridas pelas estruturas de poder e discursos capazes de instituir verdades.

O sujeito indígena se constitui a partir de um processo histórico colonizatório de opressão, exclusão e lutas, trazendo em seu discurso as marcas desse passado. Como vimos, existe na região de Dourados uma maneira de atuar da mídia ao veicular informações a respeito dos habitantes da RID que acabam por colaborar para a manutenção de estigmas e estereótipos em relação a essas pessoas e isso fortalece o distanciamento e preconceito em relação à população que vive em área urbana.

Diante disso, observaremos a seguir as regularidades e as marcas da subjetivação presentes no discurso deste sujeito. Por meio das falas dos participantes desta pesquisa, pretendemos identificar e demonstrar como ocorrem essas marcas e como esse discurso irrompe na atualidade. Para que isso ocorra de acordo com o que foi postulado por Foucault (2002), o sujeito deve ser considerado a partir de sua natureza múltipla e complexa que carrega em seu discurso todos os ditos anteriores.

Diversas regularidades discursivas são detectáveis nos dizeres dos jovens indígenas entrevistados. Como vimos anteriormente, os jovens habitantes da RID, ao serem ouvidos sobre as formas de representação midiática de seu povo, não somente não se sentem representados pelo meio de informação, como também reclamam da falta de amparo no que concerne aos problemas sociais vivenciados na Reserva. Nas palavras de E2 (entrevistado):

E outra coisa também, é que há muita falta de água aqui na aldeia e isso eles não mostram o que acontece, não mostram a realidade; **eles não mostram uma família passando fome que não tem o que comer.**”; E6: “Mas o nosso povo dentro da reserva indígena, **nós encontramos casos de muita penúria, muitas vezes crianças ou adultos não ter o que comer.** Só tem a cesta básica que é dada pelo governo por mês”. Além disso, também existe uma regularidade ao dizerem que a mídia não informa sobre acontecimentos positivos relacionados à Aldeia, como campeonatos de futebol, ou eventos culturais que ali ocorrem. E5: “eles sempre trazem coisas ruins das nossas comunidades, porque **você nunca vê a mídia vindo falar que tem indígenas que jogam futebol. Aldeia faz isso.** Acontecem esses eventos e tal.

Esses aspectos são levantados na fala de E7:

A gente tem vários meios de entretenimento dentro da aldeia, no final de semana tem jogo de futebol... **e eu acho que isso seria bem interessante para o pessoal de fora vir e gravar, fazer uma matéria bem bonita pra poder levar pro**

peçoal de fora para eles tentarem conhecer um pouquinho mais da gente. E sobre também investigar mais a fundo as nossas necessidades, o que a gente passa aqui na aldeia, como **falta de água, as péssimas condições das estradas e também os bairros que não têm energia ainda** e é uma coisa que eu acho um absurdo; as aldeias Jaguapiru e Bororó são as aldeias maiores que tem aqui no estado e têm lugares ainda que as pessoas não têm energia e nem água encanada! (E7)

Ela enfatiza sobre o papel fundamental que os meios de informação seriam capazes de exercer caso se propusessem a noticiar aspectos positivos da vida dos moradores da RID, vejamos seu relato:

E assim, eles fazem essas matérias pra mostrar, vir um pouco e entrevistar os moradores aqui; **mostrar que existem pessoas de bem, trabalhadoras, que trabalham fora. Que nem assim, eu, por exemplo, trabalho em uma casa de família e vejo assim muitos irmãos nossos trabalhando em construção, na cidade;** tipo... ah, eu não sei se as pessoas tapam os olhos para isso ou não fazem questão mesmo de ver, de aceitar. (E7)

É interessante perceber que esse depoimento denota um questionamento a respeito da permanência do preconceito e dos estigmas sociais, uma vez que se faz bastante presente no cenário urbano de Dourados a figura do indígena trabalhador. Desse modo, mesmo havendo no meio urbano muitos exemplos de sujeitos indígenas que estão integrados, estudando e trabalhando, a tendência é de que esteja fixado no imaginário popular os estigmas ligados a essas pessoas. No Brasil, a sociedade é pautada pelo regime capitalista, no qual o trabalho possui papel fundamental, uma vez que garante o acesso aos bens materiais e à sobrevivência. Muitos indígenas se adequaram a esse modo de vida, porém, é preciso se considerar que muitos sujeitos indígenas não se adaptaram à forma de vida e cultura do colonizador.

Para Foucault (2008), a regularidade dos enunciados é definida pela própria formação discursiva à qual pertencem. Ao responderem se já haviam sofrido preconceito em algum momento, todos os participantes da pesquisa responderam positivamente. Constatamos essa situação em alguns excertos:

“Já! Já, sim. Já aconteceu comigo de várias maneiras. Tanto em relação, ah, por exemplo, o local onde eu tava, quanto que, assim, por meio de redes sociais e tal, né. É, a gente cresce sabendo, né, sobre essas relações de preconceito em relação ao étnico e tal, mas a gente não, não se sente muito preparado. Então, geralmente, em ônibus a gente ouve comentários racistas, a gente ouve em praças públicas, em filas de banco e em supermercados”. (E1)

“[...] eu tava trabalhando na construção civil e uma das pessoas disse **com um ar de desprezo: “Não sabia que índio sabia trabalhar na construção e fazer serviço de azulejo.”** Eu senti assim, que por eu ser indígena, na cabeça dessa pessoa eu era incapaz de fazer um serviço que precisa ser qualificado pra fazer, né. Isso é algo que machuca bastante, sabe? [...] **Eu nem respondi nada, normalmente não respondo a essas coisas”.** (E2)

De acordo com Goffman (2019), os atributos da pessoa estigmatizada passam despercebidos, uma vez que a marca do estigma é como uma mancha taxativa de imperfeição. Independentemente de ser ou não um bom profissional, E2 sofre preconceito devido à sua raça.

Vemos também neste caso uma regularidade discursiva. O preconceito sofrido em diversas situações e ambientes é recorrente nas respostas dos jovens entrevistados, o que demonstra que o estigma de inferioridade e incapacidade está bastante presente nas relações entre indígenas e não indígenas em Dourados. E3 conta a respeito de uma ocasião na qual sofrera preconceito em ambiente escolar por parte da própria professora:

Foi o pior preconceito que eu senti porque uma vez, uma professora [...] ela dava aula de Português e **ela não deixava a gente conversar na língua materna**, e... uma vez ela... como eu vou dizer... **até hoje eu nunca esqueci aquela ali**, que ela me humilhou na sala porque eu escrevi uma palavra errado, eu lembro até hoje; era pra escrever “mostrar”, só que no lugar de “mostrar” eu escrevi a palavra “monstro”. (E3)

E6 narra situações de preconceito sofridas na infância também na escola, no município onde habitava:

Quando criança, eu sofri muito preconceito porque eu estudava na cidade, né? Eu não morava aqui em Dourados e eu morava em outra cidade; meu pai trabalhava em fazenda então não tinha uma escola, era mais perto a cidade que a escola na aldeia, então eu estudava na cidade. **Então o preconceito era todo dia, todo dia eu sofria preconceito.** Não só eu e meus irmãos como também outros indígenas que vinham da aldeia pra cidade e era todo dia preconceito; dos colegas... **então a gente se sentia muito oprimido porque você quando criança... imaginava você sofrer preconceito, porque não entende bem a língua para você se expressar... você não tem conhecimento, não tem argumento pra se defender;** então isso aí é muito duro. (E6)

O preconceito em âmbito educacional demonstra o rompimento das expectativas geradas por convenções sociais de que os indivíduos em espaço escolar devem saber falar a língua portuguesa. Conforme postulou Goffman (2019), aquele que é estranho no ambiente por não atender às expectativas sociais estabelecidas, é estigmatizado pela parcela da

sociedade que se encontra dentro dos padrões normativos. Também em outros ambientes, o preconceito está atrelado aos fatores estigmatizantes, ou seja, as marcas, traços não esperados pelas outras pessoas. Para Goffman, essas marcas são responsáveis por reduzir os sujeitos que as possuem a uma posição de inferioridade, como alguém defeituoso e desacreditado. Em se tratando da população indígena, a inferiorização a ela atribuída está diretamente ligada à questão étnica.

O rechaçamento por parte da sociedade é percebido pelos sujeitos entrevistados:

“você percebe quando te olha [...] por exemplo, no banco, mesmo quase... tem bastante gente que vai, entra lá e te olha com uma cara... parece que se incomoda com a sua presença lá dentro”. (E3)

É porque **a sociedade a gente vê que ela é opressora em todos os aspectos.** [...] tipo, ah... faz piadinha, olha feio ou tipo **você chega num lugar e todo mundo que tá nesse lugar já muda a feição do rosto.** Mas aqui em Dourados o preconceito é muito grande contra os povos indígenas. (E5)

“E mesmo assim ainda há pessoas que discriminam nós indígenas dentro da cidade. **Olham com olhar de repulsa... não precisa nem falar, pelo olhar já vemos que as pessoas não gostam do indígena”.** (E6)

Borges (2021), tendo por base a Análise do Discurso, afirma que os discursos de ódio estão atrelados à produção de memória discursiva. Assim, para a autora, “há uma memória legitimada socialmente, que assegura a perpetuação dos discursos, enquanto a realidade vai sendo suplantada pelo imaginário” (BORGES, 2021, p. 122).

Os participantes também narram situações de preconceito em que sua imagem está atrelada à miserabilidade. Diante de situações ocorridas em supermercados, é possível notar o pensamento generalizante em relação a esse sujeito. E2 comenta sobre a sua experiência:

[...] aí por ser indígena e ir comprar uma carne que para a sociedade brasileira o índio não tem condição de comprar uma carne de primeira. Aí o próprio açougueiro falou **“você vai querer essa carne mesmo? Não acontece de índio comprar esse tipo de carne aqui.** (E2)

Vemos uma regularidade no depoimento de E4: “Sempre quando a gente vai comprar carne já fala: **“Você quer puchero?”.** Parece que a gente é miserável e não tem uma renda extra para a nossa convivência” (E4). O preconceito ocorre também com outra participante, E5 relata: “[...] a gente tava olhando pra esse arroz. Aí o cara que tava repondo o arroz olhou e falou assim pra gente: **“Ah, esse daqui é caro pra vocês!”** (E5).

Vemos nesse aspecto mais uma regularidade discursiva em relação aos estereótipos que marcam esses sujeitos.

Considerações finais

O percurso deste artigo permitiu-nos detectar a maneira como são apresentadas pela mídia local, temas que envolvem o sujeito indígena e como ocorre o processo de subjetivação do próprio sujeito diante deste cenário. Observamos que a preferência por noticiar ocasiões violentas entre essas pessoas é recorrente nas publicações e, portanto, constitui-se como regularidade no assunto. Assim, a imagem do indígena permanece atrelada a situações conflituosas, com frequência vinculadas a episódios de agressões, alcoolismo, estupros, roubos entre outros. Consequentemente, o modo como os sujeitos se constituem e se subjetivam é afetado por este fazer midiático, que, segundo os próprios entrevistados, não os representam em decorrência das generalizações fragmentadas que são expostas.

Em decorrência disso, permanecem os problemas relacionais entre indígenas e não indígenas em Dourados, uma vez que há uma retroalimentação dos estereótipos por parte da mídia. Ao veicular notícias, em sua grande maioria, mostrando a vida nas Aldeias com situações de violência extrema, a mídia alimenta uma visão social que liga a imagem do sujeito indígena a esses atos e acaba por dar sustentação aos preconceitos existentes, comprometendo, assim, o seu papel social, que é o de levar ao conhecimento da população a realidade da Reserva sob seus múltiplos aspectos.

O arcabouço teórico eleito para embasar as análises mostrou-se substancial e eficaz ao mostrar como a máquina midiática com sua lógica comercial está muitas vezes à frente da produção das informações estabelecidas como “verdades” fomentando assim as relações de poder existentes no contexto sociocultural e perpetuando preconceitos. Por meio das entrevistas realizadas, analisamos que o discurso desse sujeito denota sinais de exclusão, a ponto deste não se sentir representado pela maneira como as questões envolvendo seu povo são noticiadas. O indígena percebe as marcas da estigmatização e do preconceito que recai sobre ele e subjetiva-se, sentindo-se com isso inferiorizado e acuado diante da convivência com as pessoas não indígenas.

Vemos que a força do discurso colonial impera ainda nos dias atuais e marca a subjetividade do sujeito indígena. As “verdades” impostas pelo europeu ecoaram e ainda ecoam infiltrando-se com uma força potente na existência dos povos originários. Porém,

mesmo em meio às marcas dessa subjetivação, emerge no discurso analisado, pontos de resistência e luta, que demonstram a força étnica e cultural dessas pessoas: “resistir para existir”.

Faz-se importante a colocação de que não houve a intenção de esgotar a temática com esse trabalho, mas sim de que as reflexões oriundas dele possam somar-se a todas as outras registradas até então.

Referências

BORGES, Águeda Aparecida da Cruz. **Da Aldeia Para a Cidade: processos de identificação/subjetivação do índio Xavante na cidade de Barra do Garças/MT, alteridade irreduzível?** 2013. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2013.

BORGES, Águeda Aparecida da Cruz. Um acontecimento: ler o ódio aos povos originários no Brasil, hoje. In: FLORES, G. B. et al. (Org.). **Análise de Discurso em Rede: cultura e mídia.** Campinas, SP: Pontes Editores, 2021.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias.** Trad. Angela M. S. Corrêa. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Discurso e Sujeito em Michel Foucault.** São Paulo: Intermeios, 2012.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso.** 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **A Verdade e as Formas Jurídicas.** 3. ed. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber.** 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** Trad. Roberto Machado. 25. ed. São Paulo: Graal, 2012.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2019.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. O enunciado e o arquivo: Foucault (entre) vistas. In: SARGENTINI, V.; NAVARRO, P. (Org.). **Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade.** São Carlos: Claraluz, 2004.

MORETTO, Adriano; DUARTE, Osvaldo. Índios invadem fazenda, torturam e fazem caseiro refém por 6h. **Dourados News**, Dourados, 21 jul. 2018. Disponível em: https://www.douradosnews.com.br/policia/indios-invadem-fazenda-torturam-e-fazem-caseiro-refem-por-6h/1085387/?fb_comment_id=2250533781654132_2250742031633307. Acesso em: 5 jul. 2022.

VERÃO, Flávio. Sitiantes e indígenas voltam a entrar em conflito. **Dourados Agora**, Dourados, 12 nov. 2021. Disponível em: <https://www.douradosagora.com.br/2021/11/12/sitiantes-e-indigenas-voltam-a-entrar-em-conflito/>. Acesso em: 18 maio 2022.

Recebido em: 24 de julho de 2023
Aceito em: 16 de novembro de 2023